



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3171

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Empréstimos/Financiamentos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 31/01/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 12/91. Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento com a Caixa Econômica Federal, para execução de obras de infraestrutura urbana e dá outras providências. (Referente à Lei nº 1.909, de 27/02/1991).

Controle Interno – Caixa: 10

Posição: 05

Número de folhas: 07

Especie: PL
Categoria: Empréstimo
Cx: 10
Ordem: 05
nº fls: 04

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

12/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autorizando o Executivo a contrair financiamento
para execução de obras de infraestrutura urbana, e
dá outras providências

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 31.01.91
- 2 ACom. de Leg. e Justiça em 31.01.91
- 3 VISTAS DO V. JORGE TADEU - 05.02.91 -
- 4 Aprovado em 1º - 19.02.91.
- 5 A Com. de Finanças - 19.02.91.
- 6 Adicde a votação - 21.02.91
- 7 Aprovado em 2º - 26.02.91.
- 8 Aprovado em 3º - 26.02.91 -
- 9 Arquivado - 26.02.91.
- 10 Arquivado - 12 -

Caixa 68



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº , DE 29 DE JANEIRO DE 1.991.

Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento, para execução de obras de infraestrutura urbana e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento com agente financeiro da Caixa Econô mica Federal, pelo Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos PRONURB - e pelo Plano de Ação Imediata de Saneamento - PAIS BRASIL - no valor correspondente a 28.112.791 (vinte e oito milhões, cento e doze mil e setecentos e noventa e uma) BTN.

Art. 2º - Os recursos oriundos do referido financiamento serão utilizados na execução de drenagem urbana do Córrego Vieira, compreendendo o lote 1, na extensão de 1.860 (hum mil, oitocentos e sessenta) metros, da estaca 05 à 98, do Conjunto Castanheiras à Avenida Escolástica e o lote 2, na extensão de 1.648,81 (Hum mil, seiscentos e quarenta e oito e oitenta e um) metros, da estaca 98 à 180, mais 8,81 (oito e oitenta e um) metros da avenida Escolástica ao Dist. Industrial.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair o financiamento na forma, prazo e condições que lhe parecerem mais convenientes, respeitadas a legislação em vigor e as normas do Banco Nacional de Habitação - BNH.

Art. 4º - Em garantia, por todo o tempo de vigência do contrato de empréstimo e até a liquidação total da dívida dele decorrente, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à entidade financeira contratada a quota-parte do ICM (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias), que lhe é destinada, ou no retorno do F.P.M. (Fundo de Participação dos Municípios), que poderá ficar vinculada ao financiamento ora autorizado.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR

EM 19 DE fevereiro DE 1991

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS

EM 19 DE fevereiro DE 1991

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR

EM 16 DE junho DE 1991

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

À SANÇÃO

EM 16 DE junho DE 1991

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR

EM 16 DE junho DE 1991

PRESIDENTE



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



§ 1º - O Poder Executivo, mediante procuração pública, poderá autorizar à entidade financeira nacional contratada a receber do Banco encarregado do repasse das quotas mencionadas no "caput" deste artigo, as parcelas consignadas em garantia, a qual poderá conter poderes só revogáveis, quando da liquidação de toda a dívida e das prestações do empréstimo.

§ 2º - Serão fornecidos, quando solicitados, os documentos necessários ou indispensáveis à instrução dos processos para recebimento das quotas do ICM.

Art. 5º - Os orçamentos municipais, durante o tempo de vigência do contrato em que se ajustar o empréstimo a que se refere o artigo 1º, consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e juros anuais do referido empréstimo.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os competentes créditos adicionais necessários à aplicação dos recursos oriundos das operações de crédito autorizados pela presente Lei, bem como, para atender às obrigações decorrentes, em qualquer época do exercício em que forem realizados.

Art. 7º - O Poder Executivo, mediante prévia aprovação da Câmara Municipal, poderá assinar contratos, convênios e termos que possibilitem a execução da presente Lei.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 29 de janeiro de 1.991.



Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
COMISSÃO DE *Legislação*
 EM *31* DE *Junho* DE 19*91*
PRESIDENTE

E' Legal e Constitucional
fil. Rui

E' legal e constitucional

Edvaldo Nelson

Consideramos o projeto incompleto e sem as informações necessárias para que esta casa legisle para a proposta de liberar quanto ao seu aspecto constitucional e quanto ao merito. As informações mudadas do governo Federal acabou de vez com o BTN (indexador de todo o convênio) e o mesmo não traz informações a respeito das taxas de juros a serem praticadas bem como em relação ao tempo de amortização do referido empréstimo.

Mcclain, 05-02-91

Américo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 29 de janeiro de 1991.

Of. Nº: CJ/014/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

O saneamento básico no Município de Montes Claros tem sido, também, preocupação de nossa administração. Os Prefeitos que nos antecederam executaram obras, para sanear a cidade retificando os cursos dos Rios, construindo avenidas, de modo a amenizar o grave problema de saneamento. Aquela época, contava o Município com recursos advindos do "Programa Cidades de Porte Médio", repassados pela União, que lhe propiciavam a execução de obras, sem onerar o erário. Hoje a situação é diferente, eis que o Município não dispõe dos referidos recursos, obrigando-se a contrair empréstimos, para a execução de obras importantes e inadiáveis.

O Projeto de Lei, que apresentamos ao exame dessa Casa Legislativa trata de financiamento, para execução de obras de infra-estrutura urbana, que beneficiará a população da área, em que se fizer a drenagem do Córrego Vieira.

A obra, após executada, como se pode depreender, não apenas saneará aquela parte da cidade, mas, também, a tornará mais agradável e mais bela.

Os recursos pretendidos são importantes e necessários.

Esperamos que os Senhores Vereadores aprovem o Projeto de Lei, demonstrando, assim, que nossa preocupação com o saneamento básico é, também, a sua preocupação.

Agradecemos a atenção dispensada e apresentamos a V. Exa. os protestos de elevada consideração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em,

de

de 19

Of. Nº

Assunto

Serviço

Cordialmente,

Dr. Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal
de Montes Claros

N E S T A